



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de dezembro de 2018

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório do Auditor Independente	5
Demonstrações Financeiras:	
Balanços Patrimoniais	11
Demonstrações dos Resultados	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Demonstrações do Valor Adicionado	16
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	17
Anexo: Demonstrações dos Resultados Abrangentes	39
Relação dos Administradores	40
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Evento SubsequenteEmissão de Letras Financeiras

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2019, o Banco RCI Brasil autorizou a emissão de Letras Financeiras no montante total de R\$500 milhões, com valor nominal unitário de R\$150 (cento e cinquenta mil reais). A data de emissão das Letras Financeiras, assim como as Demais Condições da Oferta Restrita serão descritas no “Instrumento Particular da 8ª (oitava) Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, de Letras Financeiras, do Banco RCI Brasil” (“Instrumento de Emissão”).

Eventos Societários

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 21 de dezembro de 2018, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$73.264 (R\$172,53 por ação ordinária e R\$189,78 por ação preferencial, brutos em reais por ação; R\$146,65 por ação ordinária e R\$161,31 por ação preferencial, líquidos em reais por ação). O pagamento será efetuado em até 60 dias após a data de deliberação.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 4 de maio de 2018, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de dividendos complementares provenientes do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$48.811 (R\$114,94 por ação ordinária e R\$126,44 por ação preferencial, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 11 de maio de 2018.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.189 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando evolução de 10,1% em relação a R\$1.080 milhões em 31 de dezembro de 2017. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$221 milhões (31/12/2017 - R\$186 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos totais atingiram R\$11.432 milhões e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$9.787 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.140 milhões, representam uma carteira líquida de R\$8.647 milhões.

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Em 31 de dezembro de 2018, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$2.880 milhões, recursos de aceites cambiais em R\$1.319 milhões e letras financeiras em R\$3.522 milhões.

Conjuntura Econômica

Os ativos financeiros brasileiros registraram menor volatilidade nos últimos três meses de 2018 quando comparados com o comportamento observado no trimestre imediatamente anterior, mas ainda assim com oscilações de amplitude significativa tanto da taxa de câmbio quanto da bolsa de valores e da curva de juros. Na visão do Banco RCI Brasil, turbulências no quadro internacional e manutenção de elevado grau de incerteza local em relação à condução da política econômica do governo eleito motivaram essas oscilações nos mercados. Entretanto, os ativos financeiros brasileiros encerraram dezembro de 2018 em patamares mais favoráveis que os observados em setembro de 2018.

No cenário global, o Banco RCI Brasil avalia que alguns fatores foram preponderantes para impedir um recuo da aversão ao risco em relação às economias emergentes – com exceção do Brasil, que apresentou melhora na esteira do fim do processo eleitoral. Em primeiro lugar, o Banco RCI Brasil nota que, apesar de Estados Unidos e China terem chegado a um acordo verbal referente as suas relações comerciais, ainda é incerto se este acordo será efetivamente implementado. Desta forma, permaneceu presente o temor de que esse contencioso possa resultar em arrefecimento do crescimento econômico mundial. Além disso, na visão do Banco RCI Brasil, ainda que os dados da economia americana tenham continuado bastante positivos, surgiram os primeiros sinais de que o ritmo de expansão poderia ter atingido seu pico e que, a partir de então, será possível testemunhar uma desaceleração econômica mais intensa na esteira dos efeitos defasados das altas de juros já implementadas. Aliás, o Banco RCI Brasil nota que os agentes econômicos passaram a atribuir maior probabilidade ao cenário de implementação mais gradual ainda do ciclo de aperto monetário nos EUA ao longo de 2019. Se, por um lado, isto reduziria a velocidade de redução do diferencial em relação às taxas de juros de outros países – e, por conseguinte, traria menor pressão de desvalorização de suas moedas, inclusive do Real – por outro lado, reforçaria o sinal de que a economia americana pode estar próxima de um quadro de desaquecimento mais intenso – algo ainda mais importante que o primeiro fator. O Banco RCI Brasil entende que este último aspecto pareceu explicar parte do movimento de enfraquecimento do Dólar frente às demais moedas.

Para o Banco RCI Brasil, ambos os fatores mantiveram as condições financeiras globais distante de seus melhores momentos e continuaram a pesar sobre o desempenho das economias emergentes. Na visão do Banco RCI Brasil, essa pressão afetou menos intensamente os ativos da economia brasileira, já que seus fundamentos externos continuam sólidos (alto volume de reservas internacionais e investimentos estrangeiros, além de baixos déficits em conta corrente e nível de endividamento externo). Na análise do Banco RCI Brasil, a combinação desses fatores explica parte da apreciação do Real observada ao longo dos últimos meses. O Banco RCI Brasil salienta que atribui um viés otimista em relação à percepção de risco do Brasil, tendo em vista a expectativa crescente sobre a realização dos ajustes fiscais necessários. Contudo, o Banco RCI Brasil pondera que o ambiente internacional ainda deverá ser fonte de preocupação, com novos eventos importantes já programados e com potencial de adicionar nervosismo aos mercados, tais como a conclusão do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição presidencial na Argentina. Nesse contexto, o Banco RCI Brasil acredita na possibilidade de que o ambiente internacional acabe se sobrepondo levemente ao quadro doméstico e provoque elevação branda do risco-país. Dessa forma, o Banco RCI Brasil projeta uma taxa de câmbio de 4,00 R\$/US\$ para o final de 2019.

Com relação à atividade econômica, o Banco RCI Brasil viu ser confirmada sua percepção de que a deterioração do balanço de riscos na economia internacional e as incertezas em relação ao cenário local influenciariam negativamente as decisões de empresários e consumidores, o que levou à manutenção de ritmo

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

bastante brando nos últimos três meses de 2018. Isto levou o Banco RCI Brasil a revisar novamente sua projeção de crescimento da economia brasileira em 2018, de 1,5% para 1,3%.

Em que pese essa manutenção de expansão branda da economia brasileira nos últimos meses, a expectativa do Banco RCI Brasil para o PIB em 2019 ainda é de crescimento por volta de 3,0% – houve mudança marginal frente à projeção anterior de 3,2% – por conta dos sólidos fundamentos macroeconômicos ainda presentes e dos consistentes saltos registrados pelos indicadores de confiança dos consumidores e empresários nos últimos meses. O Banco RCI Brasil reforça que a inflação permanece controlada (encerrou 2018 abaixo da meta e deverá repetir o feito em 2019), as contas externas estão equilibradas e há indícios crescentes de melhora no mercado de crédito. Por todos esses fatores, o Banco RCI Brasil espera manutenção da taxa Selic em patamares baixos por bastante tempo, já que as expectativas de inflação seguem contidas e o nível de ociosidade da economia está bastante elevado. De fato, o Banco RCI Brasil projeta elevação da taxa básica de juros somente em 2020. A expectativa do Banco é de manutenção da Selic em 6,50% em 2019.

Essas projeções de crescimento, inflação e juros baixos do Banco RCI Brasil têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. Então, o Banco RCI Brasil reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do governo eleito em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Nota 26.a), do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017, nos termos da Resolução CMN nº 4.588/2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2018, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, o Banco RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2019.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco RCI Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para Opinião com ressalva” abaixo, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência e insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações contábeis nº 3.j.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado líquido e do patrimônio líquido, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado em nota explicativa nº 3.h, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de diversas premissas e fatores (internos e externos), incluindo os níveis de inadimplência e garantia das carteiras, cenário econômico atual e prospectivo, setor de atividade econômica e demais fatores e premissas definidas na regulamentação vigente, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento do Banco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito. Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados as premissas utilizadas e os eventuais impactos que poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos e atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos, bem como realizamos testes nos controles existentes no Banco e relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes processos: aprovação da política de crédito, classificação e atualização dos níveis de risco (“ratings”) das operações de crédito e de arrendamento mercantil e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, processamento e contabilização das provisões, reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica. Com base em amostragem, avaliamos se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o nível de provisionamento e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões para passivos contingentes fiscais

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.k, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes na mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações das Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos a determinação do risco processual das causas fiscais para assuntos e valores relevantes do Banco. Adicionalmente, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, considerando a avaliação dos assessores externos. Analisamos também as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores, quando aplicável, as respostas de advogados circularizados, conciliação das bases analíticas dos processos fiscais com a posição contábil e confrontamos as atribuições das classificações dos riscos de perda (remoto, possível e provável) com a política do Banco. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 17, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o nível de provisionamento e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Realização de ativos fiscais diferidos

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários (nota explicativa nº 3.m), relativos as diferenças temporárias de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para contingências e ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização desses ativos, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação e se o estudo atende as exigências do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos e atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos, bem como realizamos testes nos controles existentes no Banco, referentes ao processo de aprovação do Estudo Técnico de Realização dos Créditos Tributários, o qual é base para a contabilização dos valores relativos a ativos fiscais diferidos. Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se o registro dos ativos fiscais diferidos estava de acordo com as exigências do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 9, estão de acordo com as regras aplicáveis.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento do valor dos ativos fiscais diferidos e divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		5.025.053	5.053.242
Disponibilidades	4	36.872	5.765
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	-	42.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	42.011
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	526.998
Carteira Própria	5.a	-	526.998
Relações Interfinanceiras	6	422.830	316.365
Depósitos no Banco Central		422.830	316.365
Operações de Crédito		4.380.077	3.996.723
Setor Privado	8.c	4.169.655	3.658.070
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	279.282	441.630
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(68.860)	(102.977)
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.929)	(3.216)
Setor Privado	8.a	109.899	123.668
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(108.031)	(120.081)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(4.797)	(6.803)
Outros Créditos		151.584	136.459
Créditos Tributários	9.a	84.459	90.148
Rendas a Receber		3.073	3.974
Diversos	10	64.052	42.337
Outros Valores e Bens		36.619	32.137
Outros Valores e Bens		6.304	729
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)
Despesas Antecipadas		30.327	31.420
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.540.191	3.313.492
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		712.262	111.921
Carteira Própria	5.a	712.262	111.921
Operações de Crédito		3.394.257	2.743.969
Setor Privado	8.c	3.367.543	2.565.663
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	93.797	222.974
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(67.083)	(44.668)
Operações de Arrendamento Mercantil		3.197	3.771
Setor Privado	8.a	184.193	178.279
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(174.031)	(169.603)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(6.965)	(4.905)
Outros Créditos		419.762	442.661
Créditos Tributários	9.a	220.366	261.829
Diversos	10	199.396	180.832
Outros Valores e Bens		10.713	11.170
Despesas Antecipadas		10.713	11.170
Permanente		1.866.348	1.943.279
Imobilizado de Uso	11	1.687	1.612
Outras Imobilizações de Uso		3.562	3.212
(Depreciações Acumuladas)		(1.875)	(1.600)
Imobilizado de Arrendamento	12	1.863.625	1.940.007
Bens Arrendados		1.811.384	1.877.323
Superveniência de Depreciação		747.626	822.031
(Depreciações Acumuladas)		(695.385)	(759.347)
Intangível	13	1.036	1.660
Outros Ativos Intangíveis		5.648	5.648
(Amortizações Acumuladas)		(4.612)	(3.988)
Total do Ativo		11.431.592	10.310.013

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante		4.115.859	4.010.155
Depósitos		1.021.415	1.169.736
Depósitos à Vista		6.488	3.807
Depósitos Interfinanceiros	14.a	1.014.927	1.165.929
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	1.958.924	1.633.147
Recursos de Aceites Cambiais		563.849	639.835
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.395.075	993.312
Outras Obrigações		1.135.520	1.207.272
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3.449	3.464
Sociais e Estatutárias		64.085	32.104
Fiscais e Previdenciárias	15	32.974	34.610
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	150.569	106.875
Diversas	16	884.443	1.030.219
Passivo Exigível a Longo Prazo		6.126.776	5.219.587
Depósitos		1.865.217	724.068
Depósitos Interfinanceiros	14.a	1.865.217	724.068
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	2.881.861	2.785.998
Recursos de Aceites Cambiais		755.047	537.344
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.126.814	2.248.654
Outras Obrigações		1.379.698	1.709.521
Fiscais e Previdenciárias	15	187.198	205.771
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	66.831	102.397
Diversas	16	1.125.669	1.401.353
Resultados de Exercícios Futuros		-	1
Resultados de Exercícios Futuros		-	1
Patrimônio Líquido	18	1.188.957	1.080.270
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		234.269	135.716
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(30.537)	(40.671)
Total do Passivo		11.431.592	10.310.013

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/07 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Receitas da Intermediação Financeira		829.563	1.615.877	1.774.463
Operações de Crédito		547.408	1.085.614	1.096.065
Operações de Arrendamento Mercantil		291.802	541.053	652.484
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		49.620	106.804	94.667
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	(70.955)	(140.370)	(96.716)
Resultado das Aplicações Compulsórias		11.688	22.776	27.963
Despesas da Intermediação Financeira		(585.826)	(1.104.027)	(1.328.761)
Operações de Captação no Mercado		(241.886)	(464.185)	(555.771)
Operações de Arrendamento Mercantil		(257.657)	(469.986)	(564.281)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(86.283)	(169.856)	(208.709)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		243.737	511.850	445.702
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(97.771)	(196.359)	(185.677)
Receitas de Prestação de Serviços		4.534	9.028	8.051
Rendas de Tarifas Bancárias	20	44.718	82.509	65.019
Despesas de Pessoal		(18.661)	(35.236)	(31.795)
Outras Despesas Administrativas	21	(82.066)	(162.282)	(163.134)
Despesas Tributárias		(14.899)	(31.800)	(19.951)
Outras Receitas Operacionais	22	25.019	47.709	46.854
Outras Despesas Operacionais	23	(56.416)	(106.287)	(90.721)
Resultado Operacional		145.966	315.491	260.025
Resultado não Operacional	24	15.801	32.184	27.827
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		161.767	347.675	287.852
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(38.298)	(123.952)	(98.198)
Provisão para Imposto de Renda		(7.097)	(36.716)	(32.861)
Provisão para Contribuição Social		(15.083)	(50.512)	(50.386)
Ativo Fiscal Diferido		(16.118)	(36.724)	(14.951)
Participação dos Empregados no Lucro		(1.719)	(3.095)	(3.498)
Lucro Líquido		121.750	220.628	186.156
Juros sobre o Capital Próprio	18.b	(73.264)	(73.264)	(80.000)
Nº de Ações (Mil)	18.a	404	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		301.361	546.109	460.782

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		985.225	28.806	318.754	(5.261)	-	1.327.524
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(35.410)	-	(35.410)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(318.000)	-	-	(318.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	186.156	186.156
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	9.308	-	-	(9.308)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	96.848	-	(96.848)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		985.225	38.114	97.602	(40.671)	-	1.080.270
Mutações no Exercício		-	9.308	(221.152)	(35.410)	-	(247.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		985.225	38.114	97.602	(40.671)	-	1.080.270
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	10.134	-	10.134
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(48.811)	-	-	(48.811)
Lucro Líquido		-	-	-	-	220.628	220.628
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	11.031	-	-	(11.031)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	-	-	(73.264)	(73.264)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	136.333	-	(136.333)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		985.225	49.145	185.124	(30.537)	-	1.188.957
Mutações no Exercício		-	11.031	87.522	10.134	-	108.687
Saldos em 1 de julho de 2018		985.225	43.058	142.725	(1.031)	-	1.169.977
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(29.506)	-	(29.506)
Lucro Líquido		-	-	-	-	121.750	121.750
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	6.087	-	-	(6.087)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	-	-	(73.264)	(73.264)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	42.399	-	(42.399)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		985.225	49.145	185.124	(30.537)	-	1.188.957
Mutações no Período		-	6.087	42.399	(29.506)	-	18.980

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/07 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		121.750	220.628	186.156
Ajustes ao Lucro Líquido		352.215	671.624	763.832
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	86.283	169.856	208.709
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		3.975	18.130	(20.802)
Depreciações e Amortizações		489	977	1.014
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	10.014	25.752	27.524
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(4.898)	(10.455)	(12.824)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(1.305)	(2.622)	(4.015)
Insuficiência de Depreciação	12	61.290	74.405	139.984
Depreciação de Bens Arrendados		196.367	395.581	424.297
Outros		-	-	(55)
Variações em Ativos e Passivos		(625.442)	(938.831)	(413.688)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(35.168)	(44.949)	45.351
(Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(1.275.136)	(1.706.608)	(1.195.796)
(Aumento) em Depósitos no Banco Central		(53.438)	(106.465)	(33.928)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(15.753)	(26.301)	15.185
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(1.008)	1.550	8.694
Aumento em Depósitos		722.209	992.828	550.295
Aumento em Outras Obrigações		84.386	70.168	300.221
(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	(1)	(3)
Impostos Pagos		(51.534)	(119.053)	(103.707)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(151.477)	(46.579)	536.300
Atividades de Investimento				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(205)	(447)	(127)
Aplicações no Intangível		-	-	(60)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	19	-
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(205)	(428)	(187)
Atividades de Financiamento				
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		868.477	2.062.350	2.724.824
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(849.548)	(1.946.836)	(2.815.228)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b	-	(79.411)	(438.554)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Financiamento		18.929	36.103	(528.958)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(132.753)	(10.904)	7.155
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período/Exercício	4	169.625	47.776	40.621
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	36.872	36.872	47.776

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017	
Receitas da Intermediação Financeira		1.615.877	1.774.463	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		91.537	73.070	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(169.856)	(208.709)	
Outras Receitas (Despesas)		(26.394)	(16.040)	
Despesas da Intermediação Financeira		(934.171)	(1.120.052)	
Insumos de Terceiros		(160.050)	(161.482)	
Serviços de Terceiros		(61.688)	(50.442)	
Outros		(98.362)	(111.040)	
Valor Adicionado Bruto		416.943	341.250	
Retenções:				
Depreciações e Amortizações		(977)	(1.014)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		415.966	340.236	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal		32.713	30.361	7,9% 8,9%
Remuneração		24.002	21.974	
Benefícios		4.934	4.594	
FGTS		2.188	1.852	
Outras		1.589	1.941	
Impostos, Taxas e Contribuições		161.370	123.081	38,8% 36,2%
Federais		150.394	115.984	
Municipais		10.976	7.097	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		1.255	638	0,3% 0,2%
Remuneração de Capitais Próprios		220.628	186.156	53,0% 54,7%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		73.264	80.000	
Reinvestimentos de Lucros		147.364	106.156	
Total		415.966	340.236	100,0% 100,0%

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018 na reunião realizada em 19 de fevereiro de 2019.

3. Principais Práticas Contábeis**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do exercício.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do exercício.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a “*hedge*” ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de “*hedge*” contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“*hedge*”) podem ser classificados como:

I - “*Hedge*” de risco de mercado; e

II - “*Hedge*” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “*hedge*” e os respectivos objetos de “*hedge*” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco RCI Brasil normalmente efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

BANCO RCI BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

j.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

BANCO RCI BRASIL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 17.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

n) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

o) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	36.872	5.765	23.610
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	42.011	17.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	42.011	17.011
Total	36.872	47.776	40.621

As informações relativas a 31 de dezembro de 2016 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais dos Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	712.282	(20)	712.262	638.919
Títulos Públicos	161.067	(20)	161.047	257.547
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	161.067	(20)	161.047	257.547
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	551.215	-	551.215	381.372
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	477.056	-	477.056	269.451
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) ⁽²⁾	11.786	-	11.786	34.126
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) ⁽²⁾	62.373	-	62.373	77.795
Total	712.282	(20)	712.262	638.919
Circulante			-	526.998
Longo prazo			712.262	111.921

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Abertura por Vencimento

	De 1 a 3	Acima de 3	Total
	Anos	Anos	
Títulos Disponíveis para Venda	172.833	539.429	712.262
Títulos Públicos	161.047	-	161.047
LFT	161.047	-	161.047
Títulos Privados	11.786	539.429	551.215
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	477.056	477.056
FIDC RCI Brasil I ⁽²⁾	11.786	-	11.786
FIDC RN Brasil ⁽³⁾	-	62.373	62.373
Total	172.833	539.429	712.262

(1) Referem-se a Cotas Sênior e Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

(2) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é maio de 2020, conforme seu regulamento.

(3) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de duração do FIDC é de 50 anos, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Mercado
I) "Swap" - Negociação						
Ativo	55.000	71.591	71.734	302.000	383.689	384.994
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	55.000	71.591	71.734	302.000	383.689	384.994
Passivo	(55.000)	(78.970)	(80.625)	(302.000)	(403.312)	(420.776)
Taxa de Juros Pré - Reais	(55.000)	(78.970)	(80.625)	(302.000)	(403.312)	(420.776)
"Swap" - Negociação	-	(7.379)	(8.891)	-	(19.623)	(35.782)
II) "Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	4.799.000	5.153.469	5.170.470	3.374.000	3.748.544	3.767.446
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	4.799.000	5.153.469	5.170.470	3.374.000	3.748.544	3.767.446
Passivo	(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)	(3.374.000)	(3.809.809)	(3.940.936)
Taxa de Juros Pré - Reais	(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)	(3.374.000)	(3.809.809)	(3.940.936)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	(115.864)	(208.509)	-	(61.265)	(173.490)
Total Diferencial a Pagar Circulante			(217.400)			(209.272)
Longo prazo			(150.569)			(106.875)
			(66.831)			(102.397)

III) Objeto de "Hedge" - Valor da Curva	31/12/2018	31/12/2017
Passivo	(5.736.154)	(4.130.347)
Depósitos (Nota 14.a)	(1.297.582)	(333.343)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI) ⁽¹⁾	(1.297.582)	(333.343)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.b)	(4.438.572)	(3.797.004)
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾	(1.017.555)	(763.103)
Letras Financeiras - LF ⁽¹⁾	(3.421.017)	(3.033.901)

(1) São operações com vencimentos entre janeiro de 2019 e outubro de 2022 (31/12/2017 - operações com vencimento entre janeiro de 2018 a dezembro de 2020), cujos objetos de "hedge" são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, recursos de aceites cambiais e letras financeiras - LF.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento - Ativos

				Valor da Curva	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018	31/12/2017
"Swap"	-	71.591	-	71.591	383.689
Operações de Hedge	534.549	2.651.133	1.967.787	5.153.469	3.748.544
Total	534.549	2.722.724	1.967.787	5.225.060	4.132.233

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$140.370 no exercício (31/12/2017 - R\$96.716) e, no montante de R\$70.955 no semestre (31/12/2017 - R\$69.194). O ajuste ao valor de mercado da operação de "hedge" de fluxo de caixa no montante de R\$52.350 está registrado no patrimônio líquido.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$422.830 (31/12/2017 - R\$316.365) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de Dezembro de 2018, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(557)	(11.242)	(22.115)
Total ⁽¹⁾		(557)	(11.242)	(22.115)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

a) Carteira de Arrendamento

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	947.360	915.909
Arrendamentos a Receber	294.092	301.947
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	653.268	613.962
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(282.062)	(289.684)
Valores Residuais a Balancear	(653.268)	(613.962)
Outros Valores e Bens	792	717
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	1.863.625	1.940.007
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(1.139.877)	(1.244.095)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	736.570	708.892
Circulante	332.280	348.995
Longo Prazo	404.290	359.897

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$210.790 (31/12/2017 - R\$207.017).

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vencidas	4.553	4.689
A Vencer:		
Até 1 Ano	361.706	383.670
De 1 a 5 Anos	579.037	525.622
Acima de 5 Anos	2.064	1.928
Total	947.360	915.909

Carteira de Arrendamento a Valor Presente	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vencidas	4.332	3.592
A Vencer:		
Até 1 Ano	332.280	348.995
De 1 a 5 Anos	399.049	355.504
Acima de 5 Anos	909	801
Total	736.570	708.892

c) Carteira de Créditos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Floorplan	1.408.495	1.302.312
Financiamentos - CDC Veículos	6.128.703	4.921.421
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	373.079	664.604
Total	7.910.277	6.888.337
Circulante	4.448.937	4.099.700
Longo Prazo	3.461.340	2.788.637

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vencidas	47.953	54.678
A Vencer:		
Até 3 Meses	2.095.962	1.882.836
De 3 a 12 Meses	2.352.975	2.216.864
De 1 a 5 Anos	3.410.329	2.730.988
Acima de 5 Anos	3.058	2.971
Total	7.910.277	6.888.337

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do exercício.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's), referente a financiamento de veículos no montante de R\$264.741 (31/12/2017 - R\$534.657). Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente das operações cedidas é de R\$236.085 (31/12/2017 - R\$452.628).

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	31/12/2018	31/12/2017
Indústria	51.975	53.665
Comércio	1.550.423	1.411.762
Instituições Financeiras	969	1.064
Serviços e Outros	348.278	360.088
Pessoas Físicas	6.694.253	5.770.010
Agricultura	949	640
Total	8.646.847	7.597.229

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				31/12/2018 Provisão	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	474.268	-	474.268	-	-	-
A	0,5%	6.950.692	-	6.950.692	34.753	20.735	55.488
B	1%	542.264	179.342	721.606	7.216	-	7.216
C	3%	171.388	130.671	302.059	9.062	15	9.077
D	10%	51.454	36.679	88.133	8.813	14	8.827
E	30%	29.933	18.388	48.321	14.496	-	14.496
F	50%	150	13.209	13.359	6.680	-	6.680
G	70%	59	8.236	8.295	5.807	-	5.807
H	100%	294	39.820	40.114	40.114	-	40.114
Total		8.220.502	426.345	8.646.847	126.941	20.764	147.705

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				31/12/2017 Provisão	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	226.823	-	226.823	-	-	-
A	0,5%	6.052.195	-	6.052.195	30.261	20.764	51.025
B	1%	659.027	161.795	820.822	8.208	-	8.208
C	3%	180.026	114.784	294.810	8.844	-	8.844
D	10%	32.282	31.112	63.394	6.339	-	6.339
E	30%	45.249	17.741	62.990	18.897	-	18.897
F	50%	268	13.627	13.895	6.948	-	6.948
G	70%	59	10.635	10.694	7.486	-	7.486
H	100%	289	51.317	51.606	51.606	-	51.606
Total		7.196.218	401.011	7.597.229	138.589	20.764	159.353

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	1/07 a	1/01 a	1/01 a
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	149.964	159.353	178.820
Constituição (Reversão)	86.283	169.856	208.709
Baixas	(88.542)	(181.504)	(228.176)
Saldo Final	147.705	147.705	159.353
Circulante	73.657	73.657	109.780
Longo Prazo	74.048	74.048	49.573
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	10.129	24.662	19.733

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve renegociações.

9. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldos em		Saldos em	
	31/12/2017	Constituição	31/12/2018	
		Realização		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	139.935	35.894	(48.664)	127.165
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -				
Ações Cíveis	5.864	8.326	(5.690)	8.500
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	28.355	4.259	(874)	31.740
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -				
Ações Trabalhistas	3.568	1.569	(481)	4.656
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para				
Negociação e Derivativos - IR/CS	6.548	-	(5.972)	576
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para				
Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	752	-	(681)	71
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis				
para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	43.982	-	(8.640)	35.342
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis				
para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	5.231	-	(923)	4.308
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de				
Pessoal	1.142	1.238	(1.098)	1.282
Outras Provisões Temporárias	22.020	-	(1.015)	21.005
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças				
Temporárias	257.397	51.286	(74.038)	234.645
Prejuízos Fiscais	94.580	-	(24.400)	70.180
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	351.977	51.286	(98.438)	304.825
Circulante	90.148			84.459
Longo Prazo	261.829			220.366

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Saldos em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	125.136	56.259	(41.460)	139.935
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	5.274	716	(126)	5.864
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	23.897	6.880	(2.422)	28.355
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.720	913	(65)	3.568
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	17.672	-	(11.124)	6.548
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	1.916	-	(1.164)	752
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	17.472	26.510	-	43.982
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	2.028	3.203	-	5.231
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.111	1.574	(1.543)	1.142
Outras Provisões Temporárias	15.476	6.544	-	22.020
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	212.702	102.599	(57.904)	257.397
Prejuízos Fiscais	125.178	-	(30.598)	94.580
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	337.880	102.599	(88.502)	351.977
Circulante	76.986			90.148
Longo Prazo	260.894			261.829

(1) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco RCI não possui créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	31/12/2018				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	Total
2019	47.048	28.229	897	8.285	84.459
2020	33.126	19.876	897	13.663	67.562
2021	32.943	19.766	862	28.232	81.803
2022	20.283	12.171	862	20.000	53.316
2023	10.746	6.078	861	-	17.685
Total	144.146	86.120	4.379	70.180	304.825

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

O estudo técnico de realização dos créditos tributários foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 19 de fevereiro de 2019.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$276.336 (31/12/2017 - R\$296.052), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

10. Outros Créditos – Diversos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	165.783	160.253
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.425	1.434
Para Interposição de Recursos Cíveis	21.358	18.975
Impostos e Contribuições a Compensar	9.536	8.085
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	61.870	30.393
Outros	2.476	4.029
Total	263.448	223.169
Circulante	64.052	42.337
Longo Prazo	199.396	180.832

11. Imobilizado de Uso

			<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.460	(669)	791	682
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(98)	17	28
Sistemas de Processamento de Dados	826	(569)	257	150
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.159	(539)	620	750
Imobilizações em Curso	2	-	2	2
Total	3.562	(1.875)	1.687	1.612

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Veículos e Afins	1.810.873	1.876.591
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(695.385)	(759.347)
Superveniências de Depreciações	747.626	822.031
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	482	703
Total	1.863.625	1.940.007

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$74.405 (31/12/2017 - R\$139.984), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.648 (31/12/2017 - R\$5.648) como custo de aquisição e R\$4.612 (31/12/2017 - R\$3.988) de amortização acumulada.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

14. Captação de Recursos
a) Depósitos

				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	698.011	316.916	1.865.217	2.880.144	1.889.997
Total	698.011	316.916	1.865.217	2.880.144	1.889.997
Circulante				1.014.927	1.165.929
Longo Prazo				1.865.217	724.068

(1) Inclui o valor de R\$1.297.582 (31/12/2017 - R\$333.343) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/12/2018	31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	295.972	267.877	755.047	1.318.896	1.177.179
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	2.107	1.392.968	2.126.814	3.521.889	3.241.966
Total	298.079	1.660.845	2.881.861	4.840.785	4.419.145
Circulante				1.958.924	1.633.147
Longo Prazo				2.881.861	2.785.998

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 90% a 108% do CDI (31/12/2017 - 90% a 101% do CDI).

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal de mínimo R\$150. Possuem data de emissão entre dezembro de 2016 e setembro de 2018 e possuem prazo de vencimento entre janeiro de 2019 e setembro de 2022.

(3) Em 31 de dezembro de 2018, inclui o valor de R\$1.017.555 (31/12/2017 - R\$763.103) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

(4) Em 31 de dezembro de 2018, inclui o valor de R\$3.421.017 (31/12/2017 - R\$3.033.901) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 5.c.III).

15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 15.a)	186.906	205.796
Impostos e Contribuições a Pagar	33.266	34.585
Total	220.172	240.381
Circulante	32.974	34.610
Longo Prazo	187.198	205.771

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2017	Constituição	Realização	31/12/2018
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	23	(23)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	-	3	(3)	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	100	9.142	(9.242)	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	12	1.108	(1.120)	-
Superveniência de Arrendamento Mercantil	205.684	-	(18.778)	186.906
Total	205.796	10.276	(29.166)	186.906

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Saldo em		Saldo em
	31/12/2016	Constituição	31/12/2017
		Realização	
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	391	-	(391)
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	43	-	(43)
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	889	-	(789)
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	103	-	(91)
Superveniência de Arrendamento Mercantil	240.504	-	(34.820)
Total	241.930	-	(36.134)
			205.796

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	31/12/2018	
	Diferenças Temporárias	Total
	IRPJ	
2021	37.381	37.381
2022	37.381	37.381
2023	37.381	37.381
2024 a 2026	74.763	74.763
Total	186.906	186.906

16. Outras Obrigações – Diversas

	31/12/2018	31/12/2017
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.a)	1.139.877	1.244.095
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	32.894	23.010
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais ⁽¹⁾ (Nota 17.b)	129.591	123.996
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	270.249	321.241
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos (Nota 19.d)	331.820	595.918
Outras	105.681	123.312
Total	2.010.112	2.431.572
Circulante	884.443	1.030.219
Longo Prazo	1.125.669	1.401.353

(1) Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas", para o exercício atual e comparativo.

17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	129.591	123.996
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	32.894	23.010
Ações Trabalhistas	11.640	8.704
Ações Cíveis	21.254	14.306
Total	162.485	147.006

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	1/01 a 31/12/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	123.996	8.704	14.306
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	9.767	2.949	13.036
Pagamentos	(4.172)	(13)	(6.088)
Saldo Final	129.591	11.640	21.254
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	165.783	2.425	21.358

	1/01 a 31/12/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	110.798	6.476	12.559
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	16.233	2.228	9.063
Pagamentos	(3.035)	-	(7.316)
Saldo Final	123.996	8.704	14.306
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	160.253	1.434	18.975

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$13.634 (31/12/2017 - R\$13.187): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$108.489 (31/12/2017 - R\$104.168): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$46.824 para ações cíveis, R\$3.460 para ações trabalhistas e R\$144.393 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "c", "d" e "e" (31/12/2017 – R\$49.486, R\$4.262 e R\$41.858, respectivamente).

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

18. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	<u>Em Milhares de Reais</u>			<u>31/12/2018</u>			
	<u>Bruto</u>	<u>IRRF</u>	<u>Líquido</u>	<u>Reais por Ação</u>			
				<u>Bruto</u>		<u>Líquido</u>	
				<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Dividendos ⁽¹⁾ ⁽⁶⁾	48.811	-	48.811	114,94	126,44	114,94	126,44
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	73.264	10.990	62.274	172,53	189,78	146,65	161,31
Total	122.075	10.990	111.085				

	<u>Em Milhares de Reais</u>			<u>31/12/2017</u>			
	<u>Bruto</u>	<u>IRRF</u>	<u>Líquido</u>	<u>Reais por Ação</u>			
				<u>Bruto</u>		<u>Líquido</u>	
				<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Dividendos ⁽³⁾ ⁽⁶⁾	210.000	-	210.000	494,53	543,98	494,53	543,98
Dividendos ⁽³⁾ ⁽⁶⁾	108.000	-	108.000	254,33	279,76	254,33	279,76
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁴⁾	44.000	6.600	37.400	103,62	113,98	88,07	96,88
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁵⁾	36.000	5.400	30.600	84,78	93,25	72,06	79,27
Total	398.000	12.000	386.000				

(1) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de maio de 2018 e pagamento efetuado em 11 de maio de 2018.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018, com pagamento em até 60 dias, a partir da data de deliberação.

(3) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2017 e pagamento efetuado em 2 e 4 de maio de 2017.

(4) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2016 e pagamento efetuado em 16 de janeiro e 16 de fevereiro de 2017.

(5) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2017 e pagamento efetuado em 20 de fevereiro de 2018.

(6) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

19. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2018 foi fixado o valor máximo de R\$5.380 (2017 - R\$3.424). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Remuneração Fixa	1.613	1.530
Remuneração Variável	249	222
Outras	990	974
Total	2.852	2.726

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$1.189 (31/12/2017 - R\$996).

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - Diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Disponibilidades	36.870	5.412	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	36.870	5.412	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	42.011	5.871	3.026
Banco Santander ⁽³⁾	-	42.011	5.871	3.026
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	551.215	381.372	82.651	74.703
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	477.056	269.451	27.431	28.174
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	11.786	34.126	25.819	16.305
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	62.373	77.795	29.401	30.224
Operações de Crédito	379.533	671.707	62.238	77.034
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	3.045	2.269	26.461	26.930
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	506	543	4.853	5.931
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.903	4.292	30.924	44.173
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	63.964	299.121	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	309.115	365.482	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	64.943	34.367	217.135	302.930
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	50.250	25.173	172.521	244.049
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	14.693	9.194	43.774	58.205
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	183	90
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	-	-	657	586
Depósitos Interfinanceiros	(2.880.144)	(1.189.751)	(136.666)	(87.381)
Banco Santander ⁽³⁾	(2.880.144)	(1.189.751)	(136.666)	(87.381)
Recursos de Aceites Cambiais	(477.831)	(476.249)	(26.492)	(45.853)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(358.324)	(364.267)	(18.509)	(38.057)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(60.313)	(90.507)	(5.651)	(6.869)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	(59.194)	(21.475)	(2.332)	(927)
Letras Financeiras	-	-	-	(490)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(490)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(62.274)	(30.600)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	(37.432)	(18.393)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	(24.842)	(12.207)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(19.981)	(32.926)	(67.733)	(61.042)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(21.069)	(11.868)
RCI Banque ⁽¹⁾⁽³⁾	(7.463)	(5.364)	(2.100)	(5.364)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(1) (5)}	(2.413)	(2.693)	(14.843)	(17.654)
Santander Brasil Tecnologia S.A. ⁽⁵⁾⁽⁷⁾	-	-	-	(1.223)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(10.105)	(24.869)	(29.721)	(24.933)
Outras Obrigações - Diversas	(332.105)	(595.956)	(93.730)	(53.608)
Pessoal Chave da Administração	(249)	-	(2.852)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(536)	(565)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(30)	(23)	(354)	(370)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(6)	(15)	(92)	(166)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil ^{(2) (9)}	(331.820)	(595.918)	(89.896)	(52.507)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 19.c).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Atual denominação da Prohuban Serviços de Informática S.A. que incorporou a Isban Brasil S.A. em fevereiro de 2018. Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

20. Rendas de Tarifas Bancárias

	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	75.341	58.413
Outras	7.168	6.606
Total	82.509	65.019

21. Outras Despesas Administrativas

	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Serviços do Sistema Financeiro	33.100	24.770
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	61.688	50.442
Propaganda e Publicidade	30.172	40.168
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	14.843	17.654
Convênio Operacional RCI Banque	2.100	5.364
Serviços de Processamento de Dados	6.403	10.323
Transportes e Viagens	4.257	2.385
Outras	9.719	12.028
Total	162.282	163.134

22. Outras Receitas Operacionais

	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	12	1.363
Atualização de Depósitos Judiciais	10.455	12.824
Atualização de Impostos a Compensar	2.622	4.015
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.940	2.262
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	32.630	25.407
Outras	50	983
Total	47.709	46.854

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de crédito.

23. Outras Despesas Operacionais

	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	60.477	37.731
Provisões Operacionais		
Fiscais	2.753	5.677
Cíveis (Nota 17.c)	13.036	9.063
Trabalhista (Nota 17.c)	2.949	2.228
Gastos com Contratos em Atraso	9.930	12.208
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	1.572	2.277
Atualização Monetária Contingência Fiscal	6.567	10.556
Procedimentos e Custas Processuais	3.613	1.900
Outras	5.390	9.081
Total	106.287	90.721

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

24. Resultado Não Operacional

	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	32.315	27.745
Perdas de Capital	(131)	27
Dividendos Prescritos	-	55
Total	32.184	27.827

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	1/01 a 31/12/2018	1/01 a 31/12/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	347.675	287.852
Participações no Lucro	(3.095)	(3.498)
Juros sobre o Capital Próprio	(73.264)	(80.000)
Resultado antes dos Impostos	271.316	204.354
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽¹⁾	(122.092)	(91.959)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	3.103	4.851
CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais ⁽¹⁾	-	13.791
Demais Ajustes, CSLL 5%	(6.945)	(25.192)
Demais Ajustes	1.982	311
Imposto de Renda e Contribuição Social	(123.952)	(98.198)

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

26. Evento Subsequente
Emissão de Letras Financeiras

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2019, o Banco RCI Brasil autorizou a emissão de Letras Financeiras no montante total de R\$500 milhões, com valor nominal unitário de R\$150 (cento e cinquenta mil reais). A data de emissão das Letras Financeiras, assim como as Demais Condições da Oferta Restrita serão descritas no “Instrumento Particular da 8ª (oitava) Emissão, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, de Letras Financeiras, do Banco RCI Brasil” (“Instrumento de Emissão”).

27. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição Líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander cujo resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado e publicado nas demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

BANCO RCI BRASIL S.A.**ANEXO: DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>1/01 a</u> <u>31/12/2018</u>	<u>1/01 a</u> <u>31/12/2017</u>
Lucro Líquido	220.628	186.156
Outros Resultados Abrangentes	10.134	(35.410)
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	3	(226)
Ajuste ao Valor de Mercado	5	(411)
Imposto de Renda	(2)	185
Hedges de fluxo de caixa	10.131	(35.184)
Ajuste ao Valor de Mercado	19.579	(62.030)
Imposto de Renda	(9.448)	26.846
Resultado Abrangente	<u>230.762</u>	<u>150.746</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente**

François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Gustavo de Sousa Santos
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Patrick Jean Michel Claude

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Frederic Schneider
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Thomas Gregor Ilg

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Leonardo Santicioli - CRC 1SP265213/O-3

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 19 de fevereiro de 2019.

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sobre as Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Frederic Schneider

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Curitiba, 19 de fevereiro de 2019.